



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**Ata da 10ª Reunião da Câmara  
Estadual de Compensação Ambiental  
da Secretaria de Estado de Meio  
Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável do Amazonas (CECA/SDS).**

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e doze, com início às quatorze horas e dez minutos e com o término às dezessete horas, na Sala de Treinamento do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), foi realizada a Décima Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), tendo como pauta: a) Compensação Ambiental do Empreendimento Linha de Transmissão Oriximiná – Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Linhão de Tucuruí Lote “c” (Processo de Compensação Ambiental nº. 02001.004856/2011-31 - IBAMA); b) Caso da Área de Proteção Ambiental (APA) Guajuma que necessita da adequação do memorial descritivo da Lei Estadual nº. 3.602/2011 de acordo com o polígono da Unidade de Conservação (UC) e correção dos dados no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC); e, c) Agendamento das próximas reuniões e pautas. O Secretário Executivo da CECA, Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis, na ocasião representando o Presidente da Câmara, Sr. José Adailton Alves, iniciou a reunião informando que a SEACA está efetuando o monitoramento dos empreendimentos de grande porte, cujo licenciamento ambiental está no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para articular a participação da CECA nas decisões do Comitê Compensação Ambiental Federal (CCAF/IBAMA), quanto à destinação, aplicação e repartição dos recursos de Compensação Ambiental. Destacou que a SEACA no dia 12 de junho de 2012, ao efetuar monitoramento do Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal, detectou no Processo de Licenciamento Ambiental nº. 02001.003938/2008-62 – IBAMA, do empreendimento Linha de Transmissão 500 kV Oriximiná – Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Linhão de Tucuruí Lote “C”, a existência do Parecer Técnico 10/2012/CCAF/GP/IBAMA, de 17/05/2012, que apresenta análise técnica do CCAF/IBAMA com a sugestão de unidades de conservação (UC) a serem beneficiárias com recursos de compensação ambiental, elaborado sem a participação do Governo do Estado do Amazonas como ouvinte. Salientou que o Parecer Técnico 10/2012/CCAF/GP/IBAMA, 17/05/2012, apresenta a seguinte sugestão: ESTADO DO AMAZONAS - APA Nhamundá com R\$ 300.000,00 para elaboração de Plano de Manejo; APA Guajuma também com R\$ 300.000,00 para elaboração de Plano de Manejo; e, Parque Nacional Anavilhanas com R\$ 2.725.000,00, sendo R\$ 350.000,00 para demarcação da UC e R\$ 2.375.000,00 para aquisição de bens e serviços; e, no ESTADO DO PARÁ – R\$ 2.758.662,45 destinado a REBIO Trombetas para Regularização fundiária. Além disso, há discriminado o valor de R\$ 150.000,00 para (a) Criação de UCPI, caso já haja projeto de criação, ou (b) Estudos para a criação de UCPI na ecorregião da várzea norte do rio Amazonas. Observou que ao analisar o aludido parecer, detectou-se que as APA's Estaduais Nhamunda e Guajuma, ambas diretamente afetadas pelo empreendimento, são as áreas protegidas que receberão a menor fatia do recurso de CA fixado para o empreendimento, somando-se os valores destinado para ambas em R\$ 600.000,00. Destaca-se que as UC Federais:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Parque Nacional Anavilhanas (distante 40 km do empreendimento) receberá R\$ 2.725.000,00 e a Reserva Biológica Trombetas (distante 30 km do empreendimento), localizada no Estado do Pará, obterá R\$ 2.758.662,45. Apresentou os documentos expedidos pelo CEUC no processo de licenciamento do empreendimento: a) Ofício nº. 578/09 – CEUC/SDS, de 06/11/2009, que encaminha o Parecer Técnico Nº. 197/2009 – CEUC/SDS, de 03/11/2009, discriminando anuência a Licença Prévia, prevendo detalhamento de execução da Compensação Ambiental, quando necessário à emissão da Licença de Instalação; e, b) Ofício SDS/Nº. 639/2011-GS, de 11/10/2011, e o Parecer Técnico CEUC/SDS Nº. 83/201129/06/2011, que declara anuência para instalação do empreendimento em áreas protegidas, especificamente devido à passagem da linha de transmissão pelas APA's Nhamundá e Guajuma, baseou-se nas recomendações do Parecer Técnico CEUC/SDS nº. 83/2011, de 29/06/2011, que expõe: “A apresentação de Plano de Trabalho ao órgão licenciador (IBAMA) e Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA) com as atividades que deverão ser desenvolvidas em decorrência da compensação ambiental advinda do impacto resultante do empreendimento, conforme o constante do art. 33, I, II, III e IV do Decreto Federal nº. 4.340/2002”. Enfatizou que em 21/06/2012, foi protocolado na SDS, os Ofícios nºs. 449 (para APA Nhamundá) e 450 (para APA Guajuma)/2012 – CCAF/GP/IBAMA, de 14/06/2012, impondo as decisões da CCAF/IBAMA explícitas no Parecer Técnico 10/2012/CCAF/GP/IBAMA sobre as UC a serem beneficiárias e a repartição do recurso para cada UC, sem consultar os órgãos gestores das mesmas, ambos os ofícios não apresentam os documentos que levaram as decisões sobre o processo de definição da CA. Informou que foi constituído Grupo de Trabalho (GT) na SDS, envolvendo a SEACA, CEUC e SECEX para averiguação junto ao IBAMA dos documentos que originaram as decisões do CCAF, assim como, expedir manifestação contestando o Parecer Técnico 10/2012/CCAF/GP/IBAMA. Por sua vez, a SDS expediu o Ofício SDS Nº. 459/2012 – GS, de 06/06/2012, solicitando, com intuito de subsidiar a resposta aos referidos Ofícios, cópias do Parecer Técnico e Ata resultantes da 6ª Reunião Ordinária do CCAF/IBAMA e os documentos que subsidiaram o CCAF, assim como prazo de 30 dias para manifestação desta SDS contados a partir do recebimento destes documentos. Além disso, por meio do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM) foram adquiridos por e-mail os seguintes documentos: a) Memorando nº. 878/2011/DILIC-IBAMA, de 08/09/2011 referente à sugestão da destinação dos Recursos de Compensação Ambiental para: I – APA Estadual Nhamundá, II – APA Estadual Guajuma, e, III – Floresta Nacional (FLONA) Saracá Taquera; b) Nota Técnica nº. 10/2011-NLA/IBAMA/AP, de 23/09/2011 apresentando a definição de valores para Compensação Ambiental: i - Grau de Impacto = 0,5% / ii - Valor de referência = R\$ 1.246.732.490,06 / iii - Valor da Compensação Ambiental = R\$ 6.233.662,45; e, unidades de conservação indicadas: I – APA Nhamundá, II – APA Guajuma, e, III – FLONA Saracá Taquera; e, c) Co 0110/2011-Manaus Transmissora de Energia, de 31/08/2011 – apresenta o Valor de Referência do Empreendimento. Salientou que o Parecer Técnico Nº. 032/2010 - COEND/CGENE/DILIC/IBAMA – que trata da análise EIA/RIMA, destaca que para as área de influência do empreendimento são listadas 7 Unidades de conservação com distância menor que 10 km da diretriz preferencial proposta para o empreendimento: I – FLONA Saracá-Taquera; II – APA Nhamundá; III – Parque Estadual Nhamundá (Atual APA Guajuma); IV – Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Estadual Uatumã; V – APA Margem Esquerda do

*Flávia*



Rio Negro – Setor Tarumã-Açu/Tarumã-Mirim; VI – APA Municipal Tarumã-Ponta Negra; e, as Áreas Protegidas não contempladas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): I – Reserva Florestal Adolpho Ducke (Atual APA Municipal Adolpho Ducke). Disse que o GT expediu o Parecer Técnico SDS, de 23/07/2012, apresentando de forma detalhada os pontos de discordância do CEUC/SDS à decisão contida no Parecer Técnico 10/2012/CCAF/GP/IBAMA, e destacando que a distância estabelecida pelos critérios contidos da NOTA TÉCNICA Nº 10/2011-NLA/IBAMA/AP é de 10 km, neste caso, há que considerar outras UCs não incluídas nas análises dos documentos em questão, além das que foram admitidas pela NOTA TÉCNICA Nº 10/2011-NLA/IBAMA/AP, porém desconsideradas pelo Parecer Técnico nº. 10/2012/CCAF/GP/IBAMA. Como critério para a divisão do recurso deve ser priorizado, além do impacto direto, o grau de implementação da UC, haja visto que sem o documento de planejamento (plano de manejo, plano de gestão) e conselhos gestores criados as metas de conservação tornam-se intangíveis pelos órgãos gestores e, portanto, para o sistema nacional de unidades de conservação. Foi apresentado mapa e lista com as distâncias das UC em relação do empreendimento confeccionados pelo Laboratório de Geoprocessamento da SDS. Os membros da CECA foram unânimes no atendimento do inciso I do Art. 9º da Resolução CONAMA Nº. 371, de 05/04/2006, que discrimina que o órgão ambiental licenciador, ao definir as UC a serem beneficiadas pelos recursos oriundos da compensação ambiental, respeitados os critérios previstos no art. 36 da Lei nº. 9.985, de 2000 e a ordem de prioridades estabelecida no art. 33 do Decreto nº. 4.340 de 2002, deverá observar que *“existindo uma ou mais unidades de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento ou atividade a ser licenciada, independentemente do grupo a que pertençam, deverão estas ser beneficiárias com recursos da compensação ambiental, considerando, entre outros, os critérios de proximidade, dimensão, vulnerabilidade e infraestrutura existente”*. Com base nessa conclusão foi apresentada Tabela Integrada contendo a qualificação das UC distantes a 110 km do empreendimento, tendo como base os critérios da Resolução CONAMA Nº. 371/2006, com a indicação da dimensão da zona de amortecimento das UCs, proximidade ao empreendimento, dimensão da UC, vulnerabilidade e infraestrutura existente nas unidades, e também os utilizados pelo CCAF no Parecer Técnico 10/2012/CCAF/GP/IBAMA. Dessa forma, a CECA após observar as citações das UC nos documentos expedidos pelo IBAMA e a situação de cada UC de acordo com os critérios aplicados, elegeu as seguintes unidades para serem beneficiárias dos recursos de compensação ambiental no Estado do Amazonas, no valor de R\$ 3.325.000,00: 1 – APA Estadual Guajuma; 2 – APA Estadual Nhamundá; 3 – APA Municipal Adolpho Ducke; 4 – RDS Uatumã; 5 – PAREST Sumauma; 6 – RESEC Sauim Castanheira; 7 – APA Municipal Tarumã-Ponta Negra; e, 8 – PARNA Anavilhanas. Salienta-se que pelo fato do PARNA Anavilhanas estar localizada a 40 km do empreendimento e sua zona de amortecimento não ser afetada pelo mesmo, foi alocado o valor de R\$ 2.375.000,00 (inerente para o PARNA à aquisição de bens e serviços) às UC diretamente afetada, ficando acatado o valor de R\$ 350.000,00 para a demarcação do referido parque, conforme sugerido pelo Parecer Técnico 10/2012/CCAF/GP/IBAMA. Dessa forma, foram definidos os seguintes critérios para a repartição (definição do percentual e valor do recurso para cada UC) do recurso de compensação ambiental no valor de R\$ 2.975.000,00 (já excluído o valor de R\$ 350.000,00 do PARNA Anavilhanas): 1 – Maior parcela para as UC inclusas na área



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

diretamente afetada (ADA) do empreendimento independente do Grupo de UC, se de proteção integral ou de uso sustentável; 2 - Extensão linear da obra nas UC's; 3 - Proximidade do empreendimento em relação ao entorno ou zona de amortecimento das UC's; e, 4 - Necessidades de implementação das UC's, conforme Decreto nº. 4.340/2002. Além disso, foi gerada planilha discriminando as UCs, distância em relação ao empreendimento, percentual da divisão do recurso, valor do recurso e forma de aplicação. Para as UC do grupo da ADA, foi definido o percentual de 50% do valor do recurso equivalente a R\$ 1.487.500,00, sendo dividido em dois cenários, um com a inclusão da APA Guajuma e outro com a exclusão dessa unidade, em virtude da necessidade de ajuste da Lei Estadual nº. 3.602/2011, de 09/05/2011, que dispõe sobre a transformação do PAREST Nhamundá em APA Guajuma, quanto à adequação do memorial descritivo discriminado pela referida Lei de acordo com o polígono da UC e correção das informações no CNUC, informada pela CI/Nº. 116/2012 – SECEX/SDS, de 05/07/2012, despachada para CECA adotar as devidas providências. Salientou-se na ocasião o § 1 do Art. 11 da Resolução CONAMA Nº 371, de 5 de abril de 2006, discrimina que “somente receberão recursos da compensação ambiental as unidades de conservação inscritas no CNUC, ressalvada a destinação de recursos para criação de novas UC”. Foi recomendado que caberá ao CEUC as providências necessárias para que a APA Guajuma possa ser elegível, caso seja regularizada e certificada sua inscrição no CNUC, como uma das beneficiárias dos recursos de compensação ambiental do Linhão de Tucuruí. Foi decidido que a próxima reunião da CECA que concluirá os trabalhos quanto a Compensação Ambiental do Linhão de Tucuruí ocorrerá no dia 13/08/2012 (Segunda-Feira), das 13h30 às 16h30, com local a confirmar. Sem mais para o momento, eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da presente reunião, informo que a ata é validada por todos que subscrevem a lista em anexo.

João Rodrigo Leitão dos Reis  
*Secretário da Reunião*





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

## 10ª Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental

Data: 07/08/2012 (Terça-Feira);

Horário: 14:00;

Local: Sala de Treinamento do IPAAM.

Nº	Nome	Instituição	E-mail	Fone Institucional	Celular
01	Christine Fischer	CEC/SOS	christinefischer@gmail.com	32363070	81440214
02	Manoel Augusto	SEACA	MANOEL.AUGUSTO@HOTMAIL.COM	2173-6723	2404-5237
03	João Roberto Coutinho dos Reis	SEACA / SOS	joao.roberto@gmail.com	3236-8596	9120-1381
04	Paula Silva	IPAAM	goretesilva@hotmail.com	2123-6743	—
05	Silvia Marques de Menezes	—	silvia.marques@ig.com.br	2173-6705	80396278
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					

Av. Mário Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Manaus-AM - CEP 69050-030

Secretaria de Estado do  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável

